

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.091 - SP (2019/0343876-4)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL**
PROCURADORES : **FELIPE FLEURY FERACIN - SP332173**
 GUSTAVO DE FARIA VALIM - SP414286
 RAFAEL CARVALHO DE MENDONÇA - SP420429
RECORRIDO : **SUZETE BADRA MILAN MONTI**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Agravado de instrumento Execução fiscal IPTU Exercício de 2018 Decisão que determinou ao exequente o prévio recolhimento da despesa postal para citação da executada Pretensão à reforma Inadmissibilidade Despesa com cartas de citação e intimação que não se insere no conceito de custas processuais (art. 39, Lei nº 6.830/80) Poder Judiciário que não deve arcar com a antecipação de despesas relativas a serviços prestados por terceiros, tais como nos casos de perito, avaliador, leiloeiro, depositário e também da citação postal realizada pelos Correios, objeto deste agravo, que são de interesse exclusivo do credor Despesas, ademais, que serão ressarcidas pela executada ao exequente, se este se sagrar vencedor Necessário adiantamento das despesas postais nas ações executivas municipais, conforme estabelecido no Provimento CSM nº 2.292/2015, com as alterações do Provimento CSM nº 2.512/19 Decisão mantida Agravo desprovido" (fl. 28e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 39 da Lei 6.830/80 e 91 do CPC, sustentando, em síntese, que a Fazenda Pública, em sede de execução fiscal, está dispensada do recolhimento antecipado das custas para a realização do ato citatório.

Requer, ao final, o conhecimento e o provimento do presente recurso.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem, com a concessão do efeito suspensivo (fls. 66/68e).

Com razão a parte recorrente.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela parte ora recorrente, em face de decisão que indeferiu sua pretensão de isenção do prévio pagamento de custas, relativas à citação postal da parte executada.

O Tribunal de origem negou provimento ao Agravo de Instrumento.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Com efeito, constata-se que o Tribunal **a quo** adotou entendimento dissonante da orientação firmada por esta Corte, segundo a qual, a Fazenda Pública, em sede de execução fiscal, está desobrigada de recolher antecipadamente as custas necessárias à citação, as quais serão recolhidas, ao final, pelo vencido, conforme preconiza os artigos 27 e 39 da Lei 6.830/80.

A propósito, confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PROCEDIMENTO CITATÓRIO. RESPONSABILIDADE DA SERVENTIA JUDICIÁRIA. ART. 152, II, DO CPC. RECOLHIMENTO DE CUSTAS PARA ATO CITATÓRIO. DISPENSADO RECOLHIMENTO PARA FAZENDA PÚBLICA. MATÉRIA DISCUTIDA PELO RITO DOS REPETITIVOS.

1. Cinge-se a controvérsia em saber quem deve efetivar o procedimento de citação, uma vez que as despesas de serviços postais não estariam inclusas nos valores iniciais das custas judiciais da Execução Fiscal.

2. A Primeira Seção do STJ, ao apreciar o REsp 1.107.543/SP e o Resp 1.144.687/RS, ambos submetidos à sistemática prevista no art. 543-C do CPC/1973, pacificou o entendimento no sentido de que a Fazenda Pública, em Execução Fiscal, está dispensada do recolhimento antecipado das custas para a realização do ato citatório, as quais serão recolhidas, ao final, pelo vencido, nos termos dos arts. 27 e 39 da Lei 6.830/80.

3. O art. 152, II, do CPC/2015, que está evidentemente acima de regimentos e leis estaduais na hierarquia normativa, é inequívoco ao salientar que incumbe ao escrivão ou chefe de secretaria: "II - efetivar as ordens judiciais, realizar citações e intimações, bem como praticar todos os demais atos que lhe forem atribuídos pelas normas de organização judiciária".

4. A parte, por não integrar o Judiciário, não possui competência legal, nem ingerência administrativa na serventia judicial para expedir, por ela própria, as cartas precatórias e/ou de citação.

Precedentes: REsp 1282776/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14/02/2012; AgRg no REsp

1483350/MG, Rel.

Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 26/11/2014.
5. Recurso Especial provido" (STJ, REsp 1830325/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 11/10/2019)"

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DESPESAS POSTAIS DE CITAÇÃO. PRÉVIO PAGAMENTO. INEXIGIBILIDADE. ESPECIAL EFICÁCIA VINCULATIVA DOS ACÓRDÃOS PROFERIDOS NO RESP 1.107.543/SP E NO RESP 1.144.687/RS.

1. A Primeira Seção/STJ, ao apreciar o REsp 1.107.543/SP (Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 26.4.2010) e o REsp 1.144.687/RS (Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 21.5.2010) ambos submetidos à sistemática prevista no art. 543-C do CPC, pacificou o entendimento no sentido de que, a Fazenda Pública, em sede de execução fiscal, está dispensada do recolhimento antecipado das custas para a realização do ato citatório, as quais serão recolhidas, ao final, pelo vencido, nos termos dos arts. 27 e 39 da Lei 6.830/80.

2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.483.350/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/11/2014).

"PROCESSO CIVIL - TRIBUTÁRIO - RECLAMAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL - ANTECIPAÇÃO DO RECOLHIMENTO DE DESPESAS COM ATO CITATÓRIO - ENTENDIMENTO DA CGJ/MG - ESFERA ADMINISTRATIVA - SUBMISSÃO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ - RESP 1.017.543/SP - ART. 543-C DO CPC - ARTS. 27 DO CPC E 39 DA LEF.

1. A Fazenda Pública, nas execuções fiscais, está dispensada do recolhimento antecipado das custas com a realização do ato citatório, que serão recolhidas, ao final, pelo sucumbente, nos termos dos arts. 27 do CPC e 39 da Lei 6.830/80.

2. Tese firmada no REsp 1.107.543/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 24/03/2010, DJe 26/04/2010, julgado segundo o procedimento do art. 543-C do CPC.

3. Entendimento proferido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ/MG, em procedimento de consulta, por ostentar natureza administrativa, não prevalece frente à jurisprudência sedimentada do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento

representativo de controvérsia.

4. Reclamação provida para cassar a decisão impugnada e determinar a observância da tese fixada no RESp 1107543/SP pelo juízo reclamado" (STJ, Rcl 10.252/MG, 1ª Seção, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 17.4.2013).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, a fim de reconhecer que o recorrente está desobrigado de recolher, antecipadamente, as custas necessárias à citação, as quais serão recolhidas, ao final, pelo vencido.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora